

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
NOVA SEDE, NA AVENIDA DA LIBERDADE. LISBOA
ARQUITECTO PROFESSOR PARDAL MONTEIRO

A história das publicações sobre arquitectura no país, iniciada no princípio do século, tem um percurso paralelo à história da arquitectura, com encontros e desencontros, consequência dos diversos rumos da evolução da sociedade.

No princípio do século três factores convergem para a expansão e delimitação do campo socio-profissional do arquitecto:

— o aparecimento de uma burguesia de implantação ascendente na sociedade, que identifica a habitação (moradia, palacete, «chalet») com prestígio social e reconhece a qualidade da obra do arquitecto. Estabelece-se então uma relação individual «arquitecto-cliente» dentro de programas fortemente personalizados.

— o desenvolvimento urbano que leva alguns empreendedores, à margem da produção corrente e dentro de um espírito semelhante, a encomendar a arquitectos prédios de prestígio; É a época aurea dos Prémios Valmor.

— o aparecimento de programas de equipamentos, iniciados com a abertura Fontista e reforçados em 1910, até então não exigidos pela sociedade (sanatórios, liceus, maternidades... etc.), correspondentes ao aparecimento do cliente ou do utente e do programa interdisciplinar.

É dentro deste contexto socio-económico que surge a CONSTRUÇÃO MODERNA (1900), re-

Periódicos Portugueses de Arquitectura

vista não ligada a uma classe profissional em vias de organização, mas sim aos construtores civis e engenheiros, apesar de na sua Direcção fazer parte um arquitecto (Rosendo Carvalheira).

A CONSTRUÇÃO MODERNA, primeiro periódico dedicado à construção e arquitectura, manteve a sua publicação constante até 1919, mas sem nunca ter sido o veículo do pensamento da classe dos arquitectos, organizada em Associação desde 1902.

É então, com a fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, e consequente separação entre arquitectos e arqueólogos, até aí participantes no mesmo organismo associativo (Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses) e de uma prática profissional culturalmente interligada, que os arquitectos, então em muito pequeno número, iniciam a reivindicação de que «a arquitectura era de exclusiva atribuição do arquitecto, e de que a este artista assistia o dever incontestável de reclamar com a energia de que o revestia a justiça da sua causa, o lugar que lhe competia no meio artístico e intelectual do país».

Com esta consciência profissional iniciou-se uma acção prática e sistemática desenvolvida, — junto da Academia Real de Belas Artes com propostas de revisão do curso de arquitectura,

— na participação do Prémio Valmor (primeiro prémio adjudicado em 1903) onde por regulamento da C.M.L., em Janeiro de 1903, o júri era composto por três arquitectos,

— na colaboração de Concursos Públicos; na preparação de Bases ou/na participação no júri (primeira tomada de posição em 1904, e aceite pelos promotores do concurso, no concurso para a Igreja-Monumento da Emaculada Conceição),

— no estabelecimento de uma tabela de honorários (publicada pelo *Diário do Governo* em 1905),

— através da apresentação de um documento, repetida anualmente desde 1903, perante o MOPM, onde se referia a desatenção prestada aos serviços de arquitectura em Portugal, e a reivindicação do direito de se ocuparem dos monumentos nacionais,

— na tomada de posição perante a C.M.L. sobre a inexistência de disposições regulamentares sobre a estética das edificações.

É nesta primeira fase de expansão do campo socio-profissional do arquitecto, que surge o *ANUÁRIO* da SAP, publicado entre 1905 e 1910, e é a única publicação em que é documentada esta nova consciência.

Em 1908 inicia-se a publicação da ARQUITECTURA PORTUGUESA (terminando a sua primeira fase em 1928) que, apesar de uma melhor colaboração do que a Construção Moderna, era sómente a reposição das construções existentes, mal documentada e onde o projecto de arquitecto era igualmente apresentado intercaladamente com o de construtor civil.

Estas duas revistas, CONSTRUÇÃO MODERNA e ARQUITECTURA PORTUGUESA para além de alguns importantes projectos de equipamento, publicam preferencial-

mente os projectos de habitações unifamiliares em que o projectista é apresentado num segundo plano, em relação ao proprietário.

Com a implantação do Regime Estado Novo (1926) e consequente política de obras públicas, assiste-se ao crescimento da participação do arquitecto e ao alargamento do exercício da profissão ao planeamento urbano mantendo-se, no entanto e ainda por longo tempo, a encomenda individual de habitação unifamiliar, «moradia», cujos projectos são preferencialmente baseados no conceito nacionalista; Casa Portuguesa.

A par da encomenda pública dirigida a arquitectos trabalhando em regime de profissão liberal e que deu origem aos mais significativos edifícios da época (Gare Marítima, Casa da Moeda e alguns liceus) criam-se no aparelho de estado organismos de programação e projecto ligados a temas específicos (Comissão das Construções Hospitalares, Comissão das Construções Escolares, Junta Autónoma das Estradas, Junta da Colonização Interna, Gabinete de Urbanização do Ultramar, Federação das Caixas de Previdência e Gabinete Técnico da Habitação).

Alguns desses organismos acumularam experiência no domínio específico para que foram criados, ainda que rudimentares, de especialização profissional e, em casos mais raros, constituíram, pelo espaço de arquitectos que neles trabalharam, núcleos de investigação.

(Pág. centrais)

SUMÁRIO

EDITORIAL — Págs. centrais

PERIÓDICOS PORTUGUESES DE ARQUITECTURA — Págs. centrais

2.º CONGRESSO AAP — Suplemento

PRÁTICA PROFISSIONAL — Pág. 2

A arquitectura de equipamento do princípio do século
Diz-nos...
Inácio Peres Fernandes

CONCURSOS E EXPOSIÇÕES — Pág. 4

OPINIÃO — Pág. 5

Arquitectura e Cinema

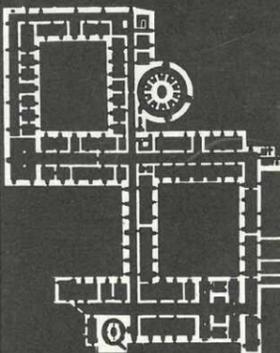
PATRIMÓNIO — Pág. 8

Fotogrametria de Arquitectura
O Património e os Patrimónios

PROPOSTA DE REGULAMENTOS DO JORNAL ARQUITECTOS

ENSINO — Pág. 11

ESBAL — Departamento de Arquitectura: programa de Actividades 1981-82



VIDA ASSOCIATIVA — Última pag.

GUAL — Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa

Exposição Cassiano Branco

Comissão: Campanha Europeia para o Renascimento das Cidades

Delegação da União dos Arquitectos da URSS

para 2.º Congresso AAP:



2.º CONGRESSO 81

No momento em que uma vez mais os Arquitectos, como classe, se reúnem para, em conjunto, debaterem os seus problemas, parece oportuno relembrar os Encontros mais significativos, efectuados na existência do Sindicato Nacional dos Arquitectos e da actual Associação, uma vez que a Sociedade dos Arquitectos Portugueses não realizou, talvez por o número de associados o não justificar, reuniões para além das assembleias gerais consignadas nos Estatutos.

De entre o conjunto das reuniões efectuadas (1.º Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa 1948, 1.ª Reunião Geral de Arquitectos, Porto 1957, 1.º Encontro Nacional de Arquitectos, 2.ª Reunião Geral de Arquitectos, Lisboa 1965, 2.º Encontro Nacional de Arquitectos, Lisboa 1969, 1.º Congresso da AAP, Porto 1979 e Encontro Nacional de Arquitectos ligados à Administração Pública, Lisboa 1980), destacam-se pela sua importância o 1.º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA e 2.º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITECTOS de que se transcrevem as respectivas conclusões.

(Suplemento)

